

O pacote da Yeda é estelionato eleitoral

Em menos de um ano, o governo Yeda Crusius já conseguiu fazer o pior para os serviços públicos e para os gaúchos.

Num só golpe a governadora apresenta um pacote que propõe o maior tarifaço já aplicado na história deste Estado, terceiriza serviços públicos e persegue os servidores públicos ao congelar salários e facilitar demissões.

Trata-se de um estelionato eleitoral aplicado durante a campanha política do ano passado em que a candidata Yeda comprometeu-se em recuperar as finanças do Estado com o choque de gestão e o novo jeito de governar e sem aumentar impostos.

Era tudo propaganda. Quem vai pagar a conta são aqueles que mais precisam.

1. Tarifaço permanente

O governo Yeda quer justificar os aumentos da tarifa básica de ICMS de 17 para 18% e das alíquotas de vários outros produtos e serviços, como o GNV, o óleo diesel, a gasolina, os refrigerantes, a energia elétrica e a telefonia móvel, com discurso da crise financeira. O tarifaço é permanente. Não tem data para acabar. E o pior é que o governo diz que vai arrecadar menos de R\$ 1 bilhão. Estudos dizem que a arrecadação é quase o dobro, cerca de R\$ 1,7 bilhões. Só com o tarifaço.

2. Lei do Arrocho Salarial

O pacote da Yeda muda o conceito de gasto com o pessoal para impor arrocho salarial. Se aprovado, o PLC 390 praticamente proíbe o reajuste dos salários, impede o ingresso de novos servidores e promove o corte de direitos, como vale-alimentação. Outra medida é o risco do corte de vantagens, como o fim dos triênios, das gratificações e das promoções. Esse PLC estabelece uma Lei de Responsabilidade Estadual que condiciona reajustes e contratações à meta de despesas com pessoal e encargos sociais a 60% da Receita Corrente Líquida. É uma lei que busca reduzir o Estado a nada.

3. Terceirização do Estado

O pacote da Yeda repassa serviços públicos para associações privadas, as



OSCIPs. Trata-se da terceirização das atribuições estatais. Serviços e órgãos como TVE, Rádio FM Cultura, OSPA, CESA, FGTAS, FEE, CIENTEC, FAPERGS, FASE, hospitais públicos, museus, escolas e até a UERGS – a universidade pública dos gaúchos –, poderão sair da esfera pública. Em vez de aumentar a prestação de serviços públicos, o Estado quer diminuir. E sem fazer licitação!

O que o governo deveria fazer

Para amenizar as críticas, o governo Yeda Crusius embutiu proposta de redução dos incentivos fiscais no pacote. Mas isto é só propaganda. Em vez de atacar a renúncia fiscal que beneficia grandes empresas como Gerdau, Souza Cruz, John Deere, GM, papelarias, prefere cobrar a conta dos que mais precisam como a agricultura familiar, aumentando impostos do leite e carnes. O resgate da desoneração fiscal é tímido, aproximadamente R\$ 100 milhões a cada ano até 2010. Muito pouco, comparado aos R\$ 6,6 bilhões que o Estado deixa de arrecadar todo ano com renúncia fiscal. Yeda deveria mostrar coragem e cobrar a dívida dos sonegadores. Todo ano são mais de R\$ 3 bilhões a menos por conta de empresas que não pagam impostos. Em vez de perseguir os sonegadores, Yeda fecha postos de fiscalização em todo o Estado para reduzir despesas. Este é o velho jeito de governar.

Os Aumentos de Impostos

Tarifa básica de ICMS passa de **17%** para **18%**
A conta de luz de **R\$ 100** passa a custar **R\$ 107,14**
(ICMS de 25% para 30%)

O litro da gasolina vai de **R\$ 2,34** para **R\$ 2,51**
(ICMS de 25% para 30%)

Passagens

POA/Uruguaiana - de **R\$ 92,80** para **R\$ 96,35**
POA/Pelotas - de **R\$ 30,95** para **R\$ 32,14**

Um correntação no Palácio



Eram 4h45min da madrugada de 11 de outubro, quando 200 trabalhadores em educação enrolaram-se em uma grossa corrente de aço e ataram-se às portas do Palácio

Piratini. O correntação durou quase seis horas e mobilizou cerca de 2,5 mil professores que protestaram contra o pacote da governadora Yeda. Os manifestantes, na maioria professores, pais e alunos, organizados pelo Cpers/Sindicato, disseram não ao aumento de impostos e às medidas que congelam salários e fecham turmas nas escolas estaduais.



Marcha contra o pacote



Com o grito “Chega de Liquidar o Estado”, cerca de 1,5 mil servidores públicos, liderados pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de

Fundações Estaduais do RS (SEMAPI) marcharam na tarde de 24 de outubro até as portas do Palácio Piratini para repudiar o Pacote do governo Yeda e o desmonte do Estado gaúcho. Representantes de fundações como a FEPAM, e empresas públicas realizaram caminhada que percorreu várias ruas do Centro de Porto Alegre, desde a madrugada, até a tarde. Os servidores procuram barrar a privatização dos serviços públicos por meio do repasse da gestão por associações privadas, as chamadas OSCIPs.



PMs fazem protesto histórico



Na tarde do dia 17 de outubro, as ruas do centro de Porto Alegre foram tomadas por cerca de 4 mil policiais militares e seus familiares. Eles participaram da Marcha da Dignidade. Os PMs são contra o aumento do tempo de serviço para 35 anos, o fim do plano de carreira, o aumento de interstício para promoção, o excesso de carga horária, a violência contra PMs, a quebra da

paridade entre servidores ativos e inativos e, principalmente, os baixos salários dos brigadianos, pagos com atraso, e que são os menores de todo o Brasil. A passeata foi organizada pela ABAMF e teve a participação dos servidores da SUSEPE, IGP, Polícia Civil e reservistas da BM.

Venha defender o que é de todos

A força da união dos servidores públicos começa a ecoar nos recantos mais longínquos do Rio Grande. O I Seminário em Defesa do Patrimônio e dos Serviços Públicos, realizado em 25 de setembro, no Teatro Dante Barone, da Assembléia Legislativa, reuniu cerca de 1 mil representantes de mais de 30 entidades sindicais e de movimentos sociais para promover o avanço de uma união histórica. O encontro também marcou o lançamento da 12ª Marcha dos Sem em 23 de novembro.

O Fórum em Defesa do Patrimônio e dos Serviços Públicos precisa envolver entidades que ainda não estão engajadas na luta para enfrentar o desmonte do Estado. O fórum é aberto a todas as entidades independente de tamanho e representação política. Nossa luta é comum. Precisamos defender o que é de todos.

Greve geral dia 07/11

A governadora Yeda Crusius, mais uma vez, demonstra a falta de capacidade política e a arrogância de quem não tem compromisso em melhorar a qualidade de vida dos gaúchos. Os servidores públicos do Rio Grande estão mobilizados em defesa de um Estado que garanta atendimento de qualidade a todos os gaúchos e gaúchas sem distinção.

É contra o pacote, a enturmação, a demissão de trabalhadores do setor público, contra o desmonte da segurança, da saúde e da educação que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) diz “chega”.

Vamos parar o Rio Grande!

Dia 7 de novembro é greve geral para derrotar o “pacote” da Yeda!

Concentração em frente à Prefeitura de Porto Alegre às 10h

**CUT
SEMAPI
SINDIÁGUA
Sindicato dos Radialistas
Sindicato dos Jornalistas
SINDPPD
UGEIRM/Sindicato
Sindicato dos Bancários
Federação dos Bancários
CPERS
SINDSEPE-RS
SIMPE-RS**

**SINDIJUS-RS
SINDISAÚDE
Via Campesina
MST
MTD
MMM
MNLN
SINTTEL
Sindicato dos Enfermeiros
Pastorais Sociais
UNE**

**CMP/CONAM
CONGREGUE
AMAPERGS
SINTRAJUFE
SINDICAIXA
SINDIPERÍCIAS
SINFEEAL
CONLUTAS
ABAMF
AsOfBM**

**Frente Parlamentar em
Defesa do Patrimônio e dos
Serviços Públicos
UNIPROCEEE
Sindicato do DETRAN
Federação dos Comerciantes
ADUERGS
CEFAL
SIMPA
ASERGHG
e outros**